

INVESTIGAÇÃO SOBRE MATERIALIDADE: ANÁLISE CRÍTICA E DESENVOLVIMENTOS RECENTES¹

Andreia Sousa

Doutoranda Contabilidade

Universidade de Aveiro

Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo

Carla Carvalho

Professora Adjunta

Universidade de Aveiro

Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Cecília Carmo

Professora Adjunta

Universidade de Aveiro

Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Área científica: A) Informação Financeira e Normalização Contabilística

Palavras-chave: materialidade; contabilidade; IASB; auditoria; julgamento profissional

¹ Este trabalho foi apoiado pela unidade de investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas (projeto POCI-01-0145-FEDER-008540), financiada pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), através do COMPETE 2020 - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (POCI) e por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia I.P.

INVESTIGAÇÃO SOBRE MATERIALIDADE: ANÁLISE CRÍTICA E DESENVOLVIMENTOS RECENTES

Resumo

No presente trabalho apresenta-se uma revisão crítica da investigação sobre materialidade, no âmbito da contabilidade e da auditoria, e analisam-se os desenvolvimentos recentes no que respeita às orientações fornecidas pelos organismos normalizadores, nomeadamente o IASB, para uma melhor compreensão e aplicação daquele conceito, com o objetivo de identificar oportunidades de investigação futura.

A harmonização da informação financeira e a promoção da sua elevada qualidade são os principais vetores dos organismos normalizadores. Mas, para se atingir tal desiderato, é necessário que os processos de determinação e avaliação da materialidade se encontrem em sintonia, dada a relação intrínseca existente entre ambas as áreas.

COMUNICAÇÃO

1. Introdução

O conceito de materialidade sempre assumiu um papel de particular relevância, tanto no domínio da contabilidade, como no da auditoria. No âmbito da primeira, a materialidade tem sido descrita como “uma das pedras angulares da contabilidade” (Frishkoff, 1970; Lee, 1984), por ser de aplicação transversal a toda a informação financeira, sendo os preparadores desta os primeiros intervenientes na avaliação da materialidade. Julgar a materialidade neste domínio passa por tomar decisões sobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a forma de divulgação de uma determinada informação (IFRS, 2017).

No domínio da auditoria, a materialidade tem sido apresentada como uma “base epistémica para todo o processo de auditoria e de divulgação” (Edgley, 2014, p. 263), pois serve para determinar o nível aceitável de segurança de detetar distorções (Brennan & Gray, 2005) e, assim, fornecer uma garantia razoável aos utilizadores de que o relato financeiro se encontra livre de distorções materialmente relevantes (Brennan & Gray, 2005) e, por conseguinte, apresenta uma imagem verdadeira e apropriada (*true and fair view*) da situação económica e financeira da empresa.

Pese embora a importância da materialidade ser evidente em todo o processo de *accountability*, a sua compreensão e aplicação prática tem-se revelado um processo algo controverso (Carpenter & Dirsmith, 1992) e, até, um tanto problemático, essencialmente pela subjetividade e flexibilidade em que o conceito assenta, já que a sua determinação se baseia no julgamento profissional do preparador ou auditor da informação financeira.

Já em 1998, o presidente da *Securities and Exchange Commission* (SEC), Arthur Levitt, terá alertado para o facto de os mercados financeiros estarem a exercer pressão junto das empresas para que estas “façam números”. Neste “*numbers game*”, assistia-se ao abuso do conceito “materialidade” dada a flexibilidade que lhe está inerente, como um dos cinco truques para manipular resultados (Levitt, 1998). A falta de critérios, entre os próprios auditores e preparadores da informação financeira, era resultado da inexistência de orientações quanto à determinação da materialidade (Martinov & Roebuck, 1998). Como consequência, e para garantir a fiabilidade das

demonstrações financeiras, apelou-se a alterações normativas transversais a todo o processo de relato financeiro.

Assim, perante as dificuldades de operacionalização do conceito de materialidade, tanto por parte dos contabilistas como dos auditores, os organismos normalizadores de ambas as áreas têm vindo a desenvolver esforços no sentido de emitirem normas e guiões que orientem os seus profissionais na definição e aplicação daquele conceito.

Na auditoria, esta preocupação levou a que, em 2009, e também em 2016, o *International Auditing and Assurance Standards Board* (IAASB) revisse as suas normas relacionadas com a materialidade: *International Standard Auditing* (ISA) 320 e ISA 450, cuja aplicabilidade é obrigatória. No âmbito da contabilidade, em 2013 o *International Accounting Standards Board* (IASB) também manifestou a sua intenção de clarificar o conceito, de modo que o mesmo pudesse ser aplicado apropriadamente (IFRS, 2013). Neste sentido, o IASB implementou dois projetos: um direcionado para a emissão de um guião para orientar a aplicação da materialidade e um outro mais centrado na definição da materialidade.

Diante destes recentes desenvolvimentos, e com o objetivo de identificar pistas de investigação futura nesta área, surge a necessidade de sistematizar e analisar criticamente a literatura relacionada com a temática da materialidade, quer na vertente da contabilidade, quer na da auditoria.

A investigação sobre a materialidade parece ser de reconhecido interesse para os organismos normalizadores, preparadores e utilizadores da informação financeira, na medida em que a sua melhor compreensão e operacionalização contribuirá para o incremento da qualidade e confiança do relato financeiro. Com efeito, a materialidade está subjacente, não só a todo o processo de preparação e apresentação das demonstrações financeiras, como também na certificação da sua conformidade com as normas de relato financeiro e de auditoria. Este estudo, em particular, pela revisão crítica a que se propõe e pelos caminhos de investigação que pretende identificar, será ainda do interesse de investigadores e académicos.

O presente trabalho encontra-se estruturado em seis secções. Na primeira efetua-se uma breve introdução onde se alude à pertinência do tema, na segunda apresenta-se algumas problemáticas associadas ao conceito da materialidade. Na terceira descreve-se o estado da arte da temática, na quarta referem-se os desenvolvimentos mais recentes neste domínio por parte dos organismos normalizadores na área da contabilidade e da auditoria. Na quinta apresentam-se algumas pistas para investigação futura e por fim, na sexta secção efetuam-se umas considerações finais.

2. A materialidade: conceitos e problemáticas

Alguns autores consideram que “material” é “*something that matters*” (Hicks, 1964; Pentland & Singh, 2012). Contudo, a sua interpretação à luz da definição de materialidade apresenta-se bem mais extensa e complexa. Segundo o *Framework* do IASB, subjacente às normas de relato financeiro, a definição de materialidade consiste:

Information is material if omitting it or misstating it could influence decisions that users make on the basis of financial information about a specific reporting entity. In other words, materiality is an entity-specific aspect of relevance based on the nature or magnitude, or both, of the items to which the information relates in the context of an individual entity's financial report.²

Apesar de parecer simples, a materialidade é um dos conceitos mais críticos e escrutinados nos domínios da contabilidade e da auditoria (Brennan & Gray, 2005). Com efeito, embora seja um conceito transversal a diversas áreas, não existe uma definição comum de materialidade e nenhum organismo normalizador definiu o conceito de forma precisa, pelo menos até à data (Brennan & Gray, 2005; Edgley, 2014).

Estes enigmas já vêm sendo descritos na literatura desde, pelo menos, 1982, quando Holstrum e Messier identificaram três problemas associados à materialidade: o primeiro decorria do pouco conhecimento sobre como os utilizadores usavam a informação financeira; o segundo referia-se à existência de diferentes pontos de vista sobre a materialidade entre os preparadores, auditores e utilizadores, resultado da divergência de interesses (Iskandar, 1996); e, por fim, o terceiro direcionava-se para a pouca informação sobre o impacto (*How?*) dos julgamentos da materialidade nas decisões dos utilizadores (Holstrum & Messier, 1982). Duas décadas depois, Messier, Martinov-Bennie e Eilifsen (2005) reforçam que estas problemáticas se mantêm atuais.

O principal problema deste conceito reside no facto de a avaliação da materialidade implicar o julgamento profissional, estando-lhe sempre inerente o fator comportamental do indivíduo (Carpenter & Dirsmith, 1992). Ao assentar numa definição abstrata, a materialidade torna-se proveitosa para quem tem de a determinar. A definição não é precisa e os critérios que suportam as decisões sobre a materialidade não são transparentes, nem divulgados, proporcionando, assim, alguma flexibilidade (Edgley, 2014). Nestes casos, o julgamento permitido pela definição vaga da materialidade é

² Parágrafo QC11 do *Conceptual Framework for Financial Reporting*.

tido como sendo perigoso: os preparadores e/ou os auditores podem ser capazes de manipular ou esconder práticas incorretas.

A este propósito, e atendendo também à preocupação demonstrada por Levitt (1998) relativamente ao abuso na aplicação da materialidade, Shaub (2005) refere que “a materialidade deveria ser uma diretriz para maximizar a verdade, não uma desculpa para se contornar a mesma” (p. 354):

“Talvez mais importante, a materialidade não deveria ser o principal princípio que orienta o comportamento do auditor. Se o principal compromisso dos auditores é dizer a verdade, mesmo que isso lhes custe um cliente, eles serão de confiança. Mas se o principal compromisso deles é com a materialidade que surge dos cálculos “consequencialistas”, eles não se deveriam surpreender quando o mundo os vê como materialistas” (p.354).

Uma década depois do alerta de Levitt (1998), Mittendorf (2010) reforça que a profissão tem enfrentado diversas críticas nos últimos anos por não ter combatido a manipulação no relato financeiro, onde se tem verificado uma tendência para os auditores suprimirem as inconsistências que são consideradas imateriais. Tal facto tem sido entendido, na sua opinião, como um convite para o abuso do conceito (Mittendorf, 2010).

Todavia, operacionalizar a materialidade é, e será sempre, uma tarefa envolta em grande subjetividade, na medida em que a sua objetivação não parece de todo possível. A importância de entender tal facto reside na necessidade de se compreender a prática: “a materialidade de uma transação não é uma propriedade intrínseca dela própria. Depende também do contexto e das consequências dessa transação” (Pentland & Singh, 2012, p. 291). De facto, em termos práticos, uma mesma transação pode ser considerada material numa determinada entidade, enquanto que em outra não. Estão aqui subjacentes, não só fatores quantitativos, como fatores qualitativos, e quem avalia a materialidade deve tê-los em consideração. O próprio conceito apela a que, na sua determinação, se considerem fatores como a dimensão do item, a sua natureza, as circunstâncias do julgamento e a entidade em específico. Por exemplo, um determinado item pode não ser materialmente relevante sob o ponto de vista quantitativo, porém, a sua natureza e eventuais circunstâncias podem ser de tal importância para os utilizadores que exista a necessidade de o mesmo ser reportado.

3. Investigação sobre materialidade: estado da arte

A investigação existente sobre a materialidade tem-se socorrido de metodologias assentes predominantemente em questionários e/ou entrevistas, estudos de caso, estudos experimentais e estudos documentais. A ênfase neste tipo de metodologias resulta do facto de esta temática comportar um vasto conjunto de fatores qualitativos associados ao comportamento e julgamento profissional, por parte dos preparadores e auditores das demonstrações financeiras. É também por esta razão que grande parte das teorias de suporte às investigações incida em teorias da área da psicologia.

Barron, Groomer e Swink (1998) referem que um dos principais problemas associados à materialidade se prende com o *trade-off* entre o custo-benefício dos seus níveis, à semelhança do reportado por Edgley (2014), ou seja, baixos níveis de materialidade têm custos mais elevados, pois exigem mais esforço e trabalho para a deteção de um maior nível de erros ou omissões. A materialidade é, então, retratada como uma forma de equilibrar o bom senso, resolvendo os problemas de excesso de auditoria e de divulgação. Constitui, assim, uma solução para a ineficiência, reduzindo a perda de tempo e de recursos para detalhes sem importância (Edgley, 2014). “Os auditores planeiam a auditoria de forma a minimizar o custo total esperado de realizar procedimentos de auditoria e, ao mesmo tempo, manter a confiança dos utilizadores nas demonstrações financeiras” (Barron et al., 1998, p. 1008). Roberts e Dwyer (1998) vão mais longe, destacando que a “garantia razoável” e a “materialidade” são os principais determinantes do trabalho de auditoria, mas que estes dois conceitos-chave não têm sido bem especificados, nem tão pouco consistentemente aplicados, na prática de auditoria. Desta forma, questiona-se: até que ponto os auditores são responsáveis pelo seu trabalho e em que medida garantem a confiança dos utilizadores na informação financeira, se não têm bem compreendidos estes conceitos-chave?

Talvez por este motivo é que a materialidade tem sido entendida como uma “*rule of thumb*” (Barron et al., 1998; Bernardi & Pincus, 1996; Eilifsen & Messier, 2015), conforme demonstram inúmeros estudos, sendo, geralmente, definida num intervalo entre 5 e 10% do lucro líquido (Corte, García, & Laviada, 2010) ou, também, como uma percentagem sobre o total de ativos ou rendimentos e sobre o capital próprio (Eilifsen & Messier, 2015). Indexar a determinação da materialidade a uma regra quantitativa não é de todo o pretendido pelas normas profissionais. A avaliação da materialidade não deve assentar apenas num critério quantitativo. Os auditores devem considerar também os fatores qualitativos no momento da avaliação da materialidade conforme prelidam Eilifsen e Messier (2015).

Em determinadas situações, a natureza de uma distorção, como a que transforma um lucro reduzido em prejuízo, pode afetar o julgamento da materialidade por parte do auditor (Tuttle, Coller, & Plumlee, 2002). Mas, também em muitos casos, a magnitude da distorção é um fator crítico no julgamento da materialidade (Tuttle *et al.*, 2002). De facto, tem sido demonstrado que os auditores têm atendido à entidade, ao negócio do cliente, ao seu risco de negócio, entre outros fatores (Agrawal & Hancock, 2012) quando procedem à avaliação da materialidade. Carpenter e Dirsmith (1992) concluíram que a dimensão do item, o seu impacto na tendência dos resultados e o tipo de transação são aspetos tidos em consideração nos julgamentos sobre a materialidade efetuados pelos auditores. Também Friedberg, Strawser e Cassidy (1989) constataram que o impacto no resultado líquido e na tendência dos resultados afetam os julgamentos da materialidade. Para além disso, as orientações quantitativas e qualitativas sobre estes julgamentos diferem substancialmente de empresa para empresa.

Num estudo mais recente, os autores Libby e Brown (2013) referem que, o atual normativo contabilístico (IFRS) exige uma desagregação significativa da demonstração de resultados, e nesse sentido, os autores propõem-se a verificar se essa desagregação aumenta a fiabilidade da demonstração de resultados. Os resultados sugerem a diferença de comportamentos por parte dos auditores relativamente à desagregação voluntária da demonstração de resultados *versus* apresentação das notas. Verifica-se também uma discordância significativa entre os auditores relativamente ao entendimento se essas desagregações são relevantes enquanto *benchmarks* da materialidade e sobre as exigências das atuais orientações em auditoria. Já Gleason e Mills (2002) concluíram que, no que respeita aos julgamentos de materialidade efetuados pelo preparador, este tende a divulgar mais quando o item tem efeitos no balanço, e a divulgar menos quando tem efeitos na demonstração dos resultados. Os autores afirmam, ainda, que as empresas tendem a subdivulgar quando os itens excedem 5% do rácio resultado/ativo. As decisões de materialidade são, também, influenciadas pela probabilidade de litígio, negligenciando, na prática, os fatores qualitativos inerentes à informação.

Chewning e Higgs (2000) mostram a existência de diferentes efeitos de um item sobre a determinação da materialidade. Denota-se um efeito elevado de um item sobre os ativos, rendimentos e capital próprio, um efeito moderado sobre a natureza do item e sobre o risco; e um efeito pequeno sobre a tendência de resultados, o tamanho absoluto do item, o tamanho da empresa, o ativo circulante e sobre o retorno do investimento.

Na opinião de Patterson e Smith (2003), “o conceito de materialidade fornece uma base para os auditores ignorarem pequenas distorções, mas a definição de “pequeno” neste contexto é ambígua”.

O facto de aquele conceito ter subjacente o julgamento profissional de quem o determina, o entendimento sobre a materialidade acaba por ser distinta de auditor para auditor, e consoante a cultura de cada país, conforme afirmam Arnold, Bernardi e Neidermeyer (2009). No estudo de Estes e Reames (1988), os autores avaliaram a influência das características do auditor nas decisões sobre a materialidade, tendo constatado que a idade e a empregabilidade numa empresa de auditoria influenciam significativamente as decisões de materialidade. Todos estes fatores contribuem para que cada auditor entenda a materialidade de forma individual e independente e, conseqüentemente, determine e aplique limiares de materialidade distintos dos demais.

Houghton, Jubb e Kend (2011) referem que, “de um modo geral, os *stakeholders* percebem que os conceitos envolvidos na materialidade da auditoria não são bem compreendidos”. Há também “opiniões divergentes sobre se o nível real de erro tolerável deve ser divulgado, com algum sentimento de que pode ser prejudicial ou perigoso”. Jennings, Kneer e Reckers (1991) destacam que até ao momento não existe nenhuma norma profissional que obrigue à divulgação dos níveis de materialidade e esta proposta deveria ser levada em consideração. Também Nelson, Smith e Palmrose (2005) frisaram que, apesar de não existir obrigatoriedade de divulgar esses critérios, tal informação é considerada relevante para um melhor entendimento das demonstrações financeiras, assim como da margem de erro associada à sua preparação (Brennan & Gray, 2005). Ainda nesse sentido, Singh e Peters (2015) revelaram que 82% dos investidores que participaram em alguns estudos levados a cabo pelo *Chartered Financial Analyst Institute* (CFA) defendem que os critérios para a determinação da materialidade deveriam ser divulgados.

A ausência de diretrizes claras sobre como a materialidade deve ser julgada, tanto para contabilistas como para auditores, tem sido um problema reportado na literatura (Iskandar, 1996). Porém, a sua objetivação parece-nos de todo impossível, sob pena de se passar a divulgar informação irrelevante em excesso, ofuscando ou negligenciando informações consideradas como relevantes para os *stakeholders*.

Mais recentemente, tem-se assistido a uma grande preocupação dos *stakeholders* com as questões ambientais e sociais, refletindo-se numa tendência crescente para as empresas incorporarem nos seus relatórios informação não financeira. Também aqui a materialidade é fundamental, pois acredita-se que esta atua como garantia da

qualidade daquela informação, à semelhança do que acontece com a informação financeira (Moroney & Trotman, 2016). O alargamento do relato financeiro à informação não financeira exige que se estenda, também a esta informação, a aplicabilidade do conceito de materialidade, embora a sua atuação neste domínio ainda seja muito emergente.

4. Desenvolvimentos recentes no IASB

A preparação da informação financeira deve assentar nos princípios consignados na Estrutura Conceptual (EC) do normativo contabilístico que dita as normas a seguir. Na EC do IASB estão preconizadas as características da informação financeira, sendo uma delas a relevância. Uma informação financeira diz-se relevante quando as decisões tomadas com base na mesma são afetadas pela sua natureza e materialidade. Portanto, avaliar a materialidade é fundamental, já que o seu limiar aplica-se a toda a informação financeira produzida. Pese embora a sua importância, a aplicação da materialidade é muitas vezes ineficaz dada a subjetividade e a falta de transparência que lhe está inerente. Como a avaliação da materialidade depende do julgamento profissional, o conceito e os limiares de materialidade tornam-se alvo de discussão e controvérsia.

Foi o próprio IASB que decidiu alterar este panorama, pois verificou que existe um excesso de informações irrelevantes divulgadas pelas empresas que acabam por ofuscar informações de maior relevância, ora pelo zelo que alguns profissionais tomam ao divulgar todas as informações, mesmo que imateriais, ora pelo abuso de outros ao não divulgar determinadas informações materiais sob o argumento da sua imaterialidade. Uma outra grande preocupação prende-se com a falta de critérios sobre a aplicação do conceito (Iselin & Iskandar, 2000; Martinov & Roebuck, 1998; Messier, Martinov-Bennie, & Eilifsen, 2005), dentro de um grupo ou entre os diferentes grupos de profissionais.

Também alguns dos trabalhos desenvolvidos pelo CFA demonstram que a informação financeira relevante tem sido obscurecida pelo excesso de informação imaterial divulgada (Singh & Peters, 2015).

No sentido de colmatar alguns destes obstáculos, os organismos normalizadores têm emitido orientações para prestar auxílio aos seus profissionais. Constatou-se uma “incerteza sobre como o conceito de materialidade deve ser aplicado, resultante de uma abordagem excessivamente cautelosa na divulgação; onde os preparadores estão relutantes em “filtrar” as informações que não são relevantes e os auditores e

reguladores estão relutantes em aceitar omissões” (IFRS, 2014). Para além disso, são usadas diferentes terminologias nas normas para indicar a necessidade de se avaliar a materialidade, o que torna a sua compreensão ainda mais complexa, como são exemplo “*significant, sufficiently material, most important*” (IFRS, 2014).

Atento a esta realidade, o IASB lançou um projeto direcionado para a materialidade, o qual foi posteriormente dividido em duas partes: a primeira compreende o *Materiality Practice Statement* e a segunda referente a *Definition of Material: Proposed amendments to IAS 1 and IAS 8*. A primeira parte do projeto ficou concluída com a publicação do documento *Making Materiality Judgements – Practice Statement 2*, a 14 de setembro de 2017. Apesar de ser de aplicação facultativa, este guião pretende apoiar os gestores e os preparadores na aplicação do conceito de materialidade, através do fornecimento de explicações e exemplos práticos. O guião abrange três áreas principais: as características de materialidade; a apresentação e a divulgação nas demonstrações financeiras; e as omissões e distorções.

O projeto relacionado com a *Definition of Material: Proposed amendments to IAS 1 and IAS 8* pretende rever a definição de materialidade e esclarecer as suas características-chave. Neste momento, o IASB encontra-se a analisar os comentários recebidos, e prevê-se que durante o ano de 2018 aquela segunda parte fique concluída. Neste projeto, apresenta-se uma nova proposta que procura redefinir o conceito de materialidade, sem que com isto se lhe retire a subjetividade necessária:

Information is material if omitting, misstating or obscuring it could reasonably be expected to influence decisions that the primary users of a specific reporting entity’s general purpose financial statements make on the basis of those financial statements. Materiality depends on the size and nature or magnitude of information, or both. An entity assesses whether information, either individually or in combination with other information, is material in the context of its financial statements.³

Com esta reformulação, os conceitos de materialidade subjacentes à contabilidade e à auditoria aproximam-se. Segundo Eilifsen e Messier (2015), num estudo cujo objetivo é investigar como as orientações sobre a materialidade são integradas nas metodologias das empresas de auditoria, as novas orientações vêm prescrever um quadro conceptual mais abrangente que o anterior.

5. Sugestões para investigação futura

³ *Exposure Draft ED 2017/6 “Definition of Material: Proposed amendments to IAS 1 and IAS 8”.*

Griffin (2014) sugere que “futuras pesquisas devem concentrar-se na identificação de novos contextos em que as interações de materialidade qualitativa são significativas”. A exploração dos determinantes qualitativos inerentes à materialidade parece-nos um caminho pouco explorado, dada a dificuldade em recolher informações, mas que merece particular atenção por parte dos investigadores no futuro.

Outra problemática associada à materialidade está relacionada com o modo de a “olhar”. Os julgamentos por parte dos três grupos de *stakeholders* - preparadores das demonstrações financeiras, auditores e utilizadores - são distintos, com limiares de materialidade completamente diferentes, dada a divergência dos seus interesses, conforme concluíram Holstrum e Messier (1982). Assim, uma pista para investigação futura passa por averiguar a relação entre os limiares e os critérios de avaliação da materialidade para os três grupos de interessados nas demonstrações financeiras conforme proposto por Messier *et al.*, (2005).

Para além disso, são diversos os autores que sugerem a emissão de orientações para aplicação do conceito de materialidade (Christensen, Glover, & Wood, 2013; Elder & Allen, 1998; Johnstone *et al.*, 2001). Como já se deu conta, recentemente os organismos normalizadores procederam à emissão de orientações para os seus profissionais compreenderem e aplicarem a materialidade com maior eficácia. Assim, seria pertinente estudar estes impactos. Seria igualmente relevante averiguar o efeito da possível divulgação dos critérios e limiares utilizados, para determinar os níveis de materialidade no relato financeiro, na transparência e compreensibilidade dos mesmos pelos utilizadores da informação financeira, assim como aferir da existência de uma relação entre aqueles limiares e os critérios de avaliação da materialidade utilizados pelos preparadores e auditores das demonstrações financeiras.

Um outro importante tópico a explorar no futuro consiste em determinar se os critérios quantitativos e os possíveis efeitos nas contas das empresas predominam no momento do julgamento. Por fim, averiguar a aplicabilidade do conceito de materialidade no relato não financeiro poderá ser outra linha de investigação futura, determinando se a materialidade neste âmbito apresenta a mesma substância que a materialidade aplicada no relato financeiro.

6. Considerações finais

Com este trabalho pretendeu-se analisar criticamente os estudos mais significativos sobre a materialidade na contabilidade e na auditoria e identificar pistas de

investigação futura nesta área. Perante as alterações e orientações normativas que se encontram em curso, é de todo o interesse retratar o estado da arte e identificar as principais dificuldades e os mais importantes sucessos alcançados pelos organismos normalizadores no que à materialidade diz respeito. Dada a relação intrínseca existente entre a contabilidade e a auditoria, torna-se necessário que o entendimento e os processos de determinação e avaliação da materialidade, em ambas as áreas, estejam em sintonia. Como tal, apresentam-se algumas pistas para investigação futura, as quais consubstanciam os principais contributos para a concretização daquele objetivo.

A investigação científica produzida tem-se centrado predominantemente em estudar o entendimento e o comportamento dos profissionais responsáveis pela avaliação e julgamento da materialidade. Dos resultados recolhidos depreende-se que são inúmeros os fatores que influenciam direta e indiretamente o julgamento do auditor: desde as características pessoais, o entendimento pessoal sobre o conceito, aos limiares de materialidade, ao *benchmark* utilizado, à consideração ou não das características qualitativas, até ao abuso do próprio conceito para manipulação da informação financeira. Estas são as principais barreiras para se poder aplicar com eficácia o conceito de materialidade, e, por conseguinte, fornecer uma garantia de que as demonstrações financeiras apresentam uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica e financeira empresa.

Consideramos, assim, muito pertinente intensificar a investigação sobre a materialidade, dado que a sua aplicabilidade está subjacente a todo o processo de relato financeiro. Para além do mais, as recentes alterações ao seu conceito, e a emissão de guiões para auxiliar a operacionalização do mesmo, levam-nos a crer que os organismos normalizadores procuram solucionar alguns dos problemas reportados neste trabalho. Assim, em consonância com a tentativa de resolução desses problemas, propõe-se aos investigadores que se averigue a eficácia prática das alterações ao conceito de materialidade e dos guiões que auxiliam a sua aplicação.

Sendo este um tema que se encontra em discussão pública e em constante desenvolvimento nos domínios da contabilidade e da auditoria, este estudo pode trazer contributos úteis para um vasto leque de interessados nesta temática.

Referências Bibliográficas

Agrawal, P., & Hancock, P. (2012). Deimante Ltd.: Case study for introductory auditing course. *Journal of Accounting Education*, 30(3–4), 355–379.

<https://doi.org/10.1016/j.jaccedu.2012.09.002>

- Arnold, D. F., Bernardi, R. A., & Neidermeyer, P. E. (2009). Do European auditors' decisions reflect harmony? the impact of country and culture. *International Journal of Disclosure and Governance*, 6(1), 58–68. <https://doi.org/10.1057/jdg.2008.14>
- Barron, O., Groomer, S. M., & Swink, M. (1998). Setting tolerable misstatements when auditing aggregated accounts. *Decision Sciences*, 29(4), 1005–1030.
- Bernardi, R. A., & Pincus, K. V. (1996). The Relationship Between Materiality Thresholds and Judgments of Fraud Risk. *Managerial Finance*, 22(9), 1–15. <https://doi.org/10.1108/eb018578>
- Brennan, N., & Gray, S. J. (2005). The impact of materiality: accounting's best kept secret. *Asian Academy of Management Journal of Accounting and Finance*, 1, 1–31.
- Carpenter, B. W., & Dirsmith, M. W. (1992). Early debt extinguishment transactions and auditor materiality judgments: A bounded rationality perspective. *Accounting, Organizations and Society*, 17(8), 709–739.
- Chewning, E. G., & Higgs, J. L. (2000). A meta-analysis of materiality studies. *Advances in Accounting*, 17, 65–90. [https://doi.org/10.1016/S0882-6110\(00\)17006-3](https://doi.org/10.1016/S0882-6110(00)17006-3)
- Christensen, B. E., Glover, S. M., & Wood, D. A. (2013). Extreme estimation uncertainty and audit assurance. *Current Issues in Auditing*, 7(1), 36–42. <https://doi.org/10.2308/ciia-50447>
- Corte, J. M. del, García, F. J. M., & Laviada, A. F. (2010). Effective use of qualitative materiality factors: evidence from Spain. *Managerial Auditing Journal*, 25(5), 458–483. <https://doi.org/10.1108/MRR-11-2014-0262>
- Edgley, C. (2014). A genealogy of accounting materiality. *Critical Perspectives on Accounting*, 25(3), 255–271. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2013.06.001>
- Eilifsen, A., & Messier, W. F. (2015). Materiality guidance of the major public accounting firms. *Auditing*, 34(2), 3–26. <https://doi.org/10.2308/ajpt-50882>
- Elder, R. J., & Allen, R. D. (1998). An empirical investigation of the auditor's decision to project errors. *Auditing*, 17(2), 85–87.
- Estes, R., & Reames, D. D. (1988). Effects of Personal Characteristics on Materiality Decisions: A Multivariate Analysis. *Accounting and Business Research*, 18(72), 291–296. <https://doi.org/10.1080/00014788.1988.9729376>
- Friedberg, A. H., Strawser, J. R., & Cassidy, J. H. (1989). Factors affecting materiality judgements: A comparison of "big eight" accounting firms materiality views with the results of empirical research. *Advances in Accounting*, 7, 187–201.
- Frishkoff, P. (1970). An empirical investigation of the concept of materiality in accounting. *Journal of Accounting Research*, 8, 116–129.
- Gleason, C. A., & Mills, L. F. (2002). Materiality and contingent tax liability reporting. *The Accounting Review*, 77(2), 317–342. <https://doi.org/10.2307/3068900>
- Griffin, J. B. (2014). The effects of uncertainty and disclosure on auditors' fair value materiality decisions. *Journal of Accounting Research*, 52(5), 1165–1193. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.12059>
- Hicks, E. L. (1964). Materiality. *Journal of Accounting Research*, 2(2), 158–171. <https://doi.org/10.2307/2392282>

doi.org/10.2307/2489998

- Holstrum, G., & Messier, J. (1982). A review and integration of empirical research on materiality. *Journal of Practice and Theory*, 2(1), 45–63.
- Houghton, K. A., Jubb, C., & Kend, M. (2011). Materiality in the context of audit: The real expectations gap. *Journal of Business and Industrial Marketing*, 26(6), 482–500. <https://doi.org/10.1108/02686901111142549>
- IFRS. (2013). *Discussion Forum — Financial Reporting Disclosure Feedback Statement*.
- IFRS. (2014). *Materiality* (IASB Meeting September 2014). London. Retrieved from <http://www.ifrs.org/-/media/feature/meetings/2014/september/iasb/disclosure-initiative/ap11ab-materiality-presentation-on-issues-and-observations.pdf>
- IFRS. (2017). *Making Materiality Judgements: Practice Statement 2*.
- Iselin, E. R., & Iskandar, T. M. (2000). Auditors' recognition and disclosure materiality thresholds: Their magnitude and the effects of industry. *British Accounting Review*, 32(3), 286–309. <https://doi.org/10.1006/bare.2000.0140>
- Iskandar, T. M. (1996). Industry type: a factor in materiality judgements and risk assessments. *Managerial Auditing Journal*, 11(3), 4–10. <https://doi.org/10.1108/02686909610115196>
- Jennings, M., Kneer, D. C., & Reckers, P. M. J. (1991). Selected auditor communications and perceptions of legal liability. *Contemporary Accounting Research*, 7(2), 449–465. <https://doi.org/10.1111/j.1911-3846.1991.tb00824.x>
- Johnstone, K. M., Sutton, M. H., & Warfield, T. D. (2001). Antecedents and consequences of independence risk: Framework for analysis. *Accounting Horizons*, 15(1), 1–18. <https://doi.org/10.2308/acch.2001.15.1.1>
- Lee, T. (1984). *Materiality: a review and analysis of its reporting significance and auditing implications*. London: Auditing Practices Committee.
- Levitt, A. (1998, September 28). The numbers game. *NYU Center for Law and Business*.
- Libby, R., & Brown, T. (2013). Financial statement disaggregation decisions and auditors' tolerance for misstatement. *Accounting Review*, 88(2), 641–665. <https://doi.org/10.2308/accr-50332>
- Martinov, N., & Roebuck, P. (1998). The Assessment and Integration of Materiality and Inherent Risk: An Analysis of Major Firms' Audit Practices. *International Journal of Auditing*, 2, 103–126. <https://doi.org/10.1111/1099-1123.00034>
- Messier Jr., W. F., Martinov-Bennie, N., & Eilifsen, A. (2005). A review and integration of empirical research on materiality: two decades later. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 24(2), 153–187.
- Mittendorf, B. (2010). The role of audit thresholds in the misreporting of private information. *Review of Accounting Studies*, 15(2), 243–263. <https://doi.org/10.1007/s11142-009-9088-5>
- Moroney, R., & Trotman, K. T. (2016). Differences in Auditors' Materiality Assessments When Auditing Financial Statements and Sustainability Reports. *Contemporary Accounting Research*, 33(2), 551–575. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12162>
- Nelson, M. W., Smith, S. D., & Palmrose, Z. V. (2005). The effect of quantitative

- materiality approach on auditors' adjustment decisions. *Accounting Review*, 80(3), 897–920. <https://doi.org/10.2308/accr.2005.80.3.897>
- Patterson, E. R., & Smith, R. (2003). Materiality uncertainty and earnings misstatement. *Accounting Review*, 78(3), 819–846. <https://doi.org/10.2308/accr.2003.78.3.819>
- Pentland, B. T., & Singh, H. (2012). Materiality: What are the consequences? In P. M. Leonardi, B. A. Nardi, & J. Kallinikos (Eds.), *Materiality and Organizing: Social Interaction in a Technological World* (1st ed.). Oxford: Oxford University Press.
- Roberts, R. W., & Dwyer, P. D. (1998). An analysis of materiality and reasonable assurance: Professional mystification and paternalism in auditing. *Journal of Business Ethics*, 17(5), 569–578.
- Shaub, M. K. (2005). Materialism and materiality. *International Journal of Accounting, Auditing and Performance Evaluation*, 2(4), 347–355. <https://doi.org/10.1504/IJAAPE.2005.009591>
- Singh, M., & Peters, S. J. (2015). *MATERIALITY: Investor Perspectives Mohini*. CFA Institute. Retrieved from <https://www.cfainstitute.org/en/advocacy/policy-positions/materiality-investor-perspectives>
- Tuttle, B., Collier, M., & Plumlee, R. D. (2002). The effect of misstatements on decisions of financial statement users: An experimental investigation of auditor materiality thresholds. *Auditing*, 21(1), 11–27. <https://doi.org/10.2308/aud.2002.21.1.11>